

**AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM DIALÓGOS COM A  
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: notas de leitura****EVALUATION OF PUBLIC POLICIES IN DIALOGUE WITH  
PROFESSIONAL EDUCACION: notes on readings**Rita de Cássia Rocha<sup>1</sup>  
Ivickson Ricardo de Miranda Cavalcanti<sup>2</sup>**RESUMO:**

Trata-se este artigo de notas de leitura acerca de avaliação de políticas públicas em diálogos com a educação profissional. Essas foram elaboradas a partir do livro: Metodologia de avaliação em políticas públicas: uma experiência em educação profissional de Isaura Belloni, Heitor de Magalhães e Luzia Costa. Neste livro é feita uma sistematização de propostas metodológicas para a avaliação de políticas públicas. Isso o torna relevante pelo caráter ainda pouco explorado dessa área, especificamente no que diz respeito aos pontos de vista conceituais e metodológicos. Considera-se que, os autores destacam que, geralmente, as metodologias estabelecidas para a avaliação de políticas públicas são insuficientes para os casos de atividades educacionais, nas quais os resultados são difusos, posto que, se concentram na aferição de impacto quantitativo, objetivo e imediato das ações desenvolvidas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Avaliação de Políticas Públicas; Educação Profissional; Notas de Leitura.

**ABSTRACT:**

This article comprises reading notes about the evaluation of public policies from a professional education perspective. More precisely, these notes have been devised based on the book "Metodologia de avaliação em políticas públicas: uma experiência em educação profissional", from Isaura Belloni, Heitor de Magalhães, and Luzia Costa. In the book, authors propose a systematic view of the established methodologies for the evaluation of public policies. In particular, this proposal is relevant given that this field has yet been little explored, specifically concerning conceptual and methodological perspectives. The authors highlight that, in general, the methodologies proposed for the evaluation of public policies are not enough for the context of educational activities, given the contrast between the diffuse results from this context and the evaluation criteria used, namely the quantitative, objective, and immediate evaluation of the activities under analysis.

**KEYWORDS** Evaluation of Public Policies; Professional Education; Reading Notes.

DOI: 10.21920/recei72016253643

<http://dx.doi.org/10.21920/recei72016253643>

---

<sup>1</sup> Mestranda em Educação Profissional no Mestrado Acadêmico em Educação Profissional no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. E-mail: [ritalajes@gmail.com](mailto:ritalajes@gmail.com)

<sup>2</sup> Aluno do Mestrado em Metafísica da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: [ivickson.cavalcanti@ifrn.edu.br](mailto:ivickson.cavalcanti@ifrn.edu.br)

## INTRODUÇÃO

O livro *Metodologia de avaliação em políticas públicas: uma experiência em educação profissional* de Isaura Belloni<sup>3</sup>, Heitor de Magalhães<sup>4</sup> e Luzia Costa<sup>5</sup> faz uma sistematização de propostas metodológicas para a avaliação de políticas públicas. Isso o torna relevante, no sentido em que o caráter investigativo é ainda pouco explorado nessa área, especificamente no que diz respeito aos pontos de vista conceituais e metodológicos. Como destacado pelos autores, geralmente as metodologias estabelecidas para a avaliação de políticas são insuficientes para os casos das atividades educacionais, nas quais os resultados são difusos, posto que se concentram na aferição de impacto quantitativo, objetivo e imediato das ações desenvolvidas. Para esse objetivo, os autores lançam mão de uma avaliação científica acerca da Política Nacional de Educação Profissional (PNEP) e do Plano Nacional de Educação Profissional (PLANFOR) formulados e implementados pela Secretaria de Desenvolvimento e Formação Profissional (SEFOR) do Ministério do Trabalho no ano de 1996. Eles tomam como ponto de partida a literatura na área de avaliação, a avaliação externa do (PNEP) e do (PLANFOR) realizada pelo grupo UNTRABALHO - que traz na equipe técnica os autores do livro ora resenhado.

O livro do qual foram extraídas essas notas de leitura se divide em duas partes: uma parte conceitual, na qual são abordados as concepções, finalidades e usos da avaliação e a parte operacional, que diz respeito às finalidades e objetivos, na observação dos critérios, hipóteses, indicadores e variáveis de avaliação de políticas públicas.

## NOTAS SOBRE AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM DIALÓGOS COM A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

A parte I do referido livro, intitulada: *Avaliação de políticas públicas*, aborda a avaliação em suas concepções e multiplicidades e apresenta a concepção que será abordada para tratar do tema da metodologia de avaliação e da análise da avaliação das políticas de educação profissional (PNEP/PLANFOR). *A priori*, os autores apresentam a distinção entre avaliação informal e avaliação formal. A primeira é entendida como processo natural, instintivo e assistemático. Nessa perspectiva, afirmam os autores:

Avaliar é uma ação corriqueira e espontânea realizada por qualquer indivíduo acerca de qualquer atividade humana; é, assim, um instrumento fundamental para conhecer, compreender, aperfeiçoar e orientar as ações de indivíduos ou grupos (BELLONI; MAGALHÃES; SOUZA, 2007, p. 14)

Por sua vez, a avaliação formal é descrita como um processo sistemático de análise de uma atividade, fatos ou coisas que permite compreender de forma contextualizada todas as suas dimensões e implicações, com vistas a estimular seu aperfeiçoamento. Este é o tipo de avaliação

---

<sup>3</sup> Isaura Belloni foi Professora da UnB, Mestre e Doutora em Educação e pioneira na implantação do sistema de avaliação institucional do país. Responsável pela primeira experiência institucional da UnB, vanguarda no que diz respeito às Universidades federais. Faleceu em 25/10/2010

<sup>4</sup>(Francisco Heitor de Magalhães) - Doutor em Educação em Ciências Sociais pela PUC/SP. Atuou como consultor do Ministério do Trabalho e Emprego (SEFOR/MTE), Das Organizações das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), e da Comissão Nacional da Avaliação da Educação Superior (CONAIS/GM/MEC).

<sup>5</sup>Luzia Costa é graduada em pedagogia pela UFRN e Mestre em Educação pela Faculdade de Educação da UnB. Prestou consultoria ao Ministério da Educação no processo de implementação do Ensino Médio Integrado.

que cabe às políticas públicas e instituições pelo seu caráter sistêmico, levando em conta o processo dinâmico que são as políticas públicas em suas etapas. Assim, a avaliação formal contempla a atividade a ser analisada de maneira global, não reduzível apenas ao exame comparativo entre o proposto e o alcançado.

No tópico Algumas concepções de avaliação, tratam, inicialmente, da avaliação educacional que remete ao processo de ensino/aprendizagem e de currículos ou programas de ensino. No que diz respeito à avaliação de currículos, de acordo com a literatura das décadas de 1960 a 1980, conforme os autores, os modelos principais são: avaliação para tomada de decisão (*Stufflebeam*) avaliação de mérito (*Scriven*), avaliação iluminativa e responsiva (*Parlet e Hamilton*) e avaliação responsiva (*Stake*). No caso da avaliação de desempenho, na situação de aprendizagem ou exercício de atividade profissional a avaliação educacional visa à emancipação e, também, pode ser compreendida como estratégia de solução de problemas.

O outro tipo de avaliação apresentado é a avaliação institucional ou de políticas públicas que tem como objeto as instituições (seus projetos e planos) e as políticas setoriais. Belloni, Magalhães e Costa (2007) chamam a atenção para a literatura e a prática na área e afirmam que se caracterizam pela fluidez conceitual e metodológica com grande dose de amadorismo e empiricismo, assim como, frequente escassez de critérios e de clareza acerca da relevância e utilidade dos resultados. Disso advém a necessidade de elevar o grau de racionalidade das políticas. Para complementar e tomando como referência Aguilar e Ander Egg (1994) eles afirmam que a avaliação é uma forma de pesquisa social aplicada, sistematizada, planejada e dirigida.

De acordo com o texto, apesar de objetos distintos e no que diz respeito à participação do avaliador a avaliação institucional ou de políticas públicas se aproxima da avaliação educacional, já que pretende ser emancipadora na autoconsciência da instituição e estratégica. Além do mais, a avaliação institucional deve buscar uma compreensão da realidade (avaliação iluminativa de Parlet e Hamilton); deve estar voltada para o processo decisório (avaliação voltada para a tomada de decisão de Stufflebeam); deve responder a questionamentos (avaliação responsiva de Stake); pode possibilitar a identificação de mérito ou valor (avaliação de mérito de Scriven). Por fim, a avaliação institucional também se beneficia, conforme os autores, da avaliação participativa.

O quesito seguinte ainda relacionado às concepções de avaliação é a questão da multiplicidade da avaliação. As concepções de avaliação são agrupadas, na interpretação dos autores, considerando-se as seguintes óticas ou critérios: 1) de acordo com a concepção de avaliação adotada e os objetivos visados (avaliação como comparação entre uma situação ou realidade dada, comparação entre proposto e realizado, processo metódico entre aferição de eficiência e eficácia, instrumento de identificação de acertos e dificuldades 2) segundo o momento em que se realiza (diagnóstica; processual; global e 3) quanto aos sujeitos envolvidos (interna e auto avaliação, externa, mista e participativa) .

Uma vez abordada a questão das concepções de avaliação, assim como, da sua multiplicidade, os autores apresentam a concepção de avaliação adotada na pesquisa por eles desenvolvidas, cujos resultados originaram este livro, e assumem que:

A concepção adotada neste trabalho considera a avaliação como um processo sistemático de análise de atividade (s) fato(s) ou coisa(s) que permite

compreender, de forma contextualizada, todas as suas dimensões ou implicações com vistas a estimular seu aperfeiçoamento (BELLONI; MAGALHÃES; SOUZA, 2007, p. 25).

Nessa perspectiva, os objetivos da avaliação são: Compreender todas as dimensões e implicações do objeto; Compreender as atividades fatos ou coisas avaliadas com vistas a estimular o aperfeiçoamento; Subsidiar a tomada de decisão (aperfeiçoamento, revisão ou substituição).

Em se tratando dos elementos fundamentais da avaliação, segue-se o tópico que diz respeito aos Parâmetros referenciais de avaliação. Nesse ponto, trazem à tona a questão da educação profissional. De acordo com o texto, a conceituação do objeto da política deve ser preocupação central na avaliação externa de uma política específica. No caso da política de educação profissional PNEP, os autores destacam que sua adequada compreensão demandou considerar, como elementos centrais, o processo de globalização e de reestruturação produtiva que afeta o mundo do trabalho. Vale destacar que, como colocado no texto, na discussão teórico-metodológica sobre a educação profissional tem predominado historicamente, dois enfoques, a saber. Um enfoque pragmático e utilitarista de visão economicista, voltado para a formação de mão-de-obra que omite a complexidade social e outro pautado na concepção de sociedade com a adoção de uma visão crítica, histórica e reflexiva da realidade. Este último com ênfase na formação humana integral do trabalhador que expõe a complexidade social.

Ainda no que diz respeito aos parâmetros referenciais é abordada a questão da política pública como objeto de avaliação. Neste ponto, destacam o fato de que as políticas públicas são definidas de acordo com os grupos sociais a que se destinam e ao tipo de relação que estabelecem para com as demais políticas públicas. Desta forma, ela está condicionada à política econômica básica, podendo ser congruente, se reflete as prioridades de ação de um determinado governo, complementar, se fornece elementos reforçadores dos objetivos e metas de determinado governo, e compensatório ou reparador, se atua sobre os danos ou consequências nefastas das políticas básicas com o objetivo de atenuá-los, sem, portanto, apresentar um alto grau de efetividade social.

Considerando a política pública de educação profissional em relação à meta de (re) inclusão de desempregados os autores apontam os seguintes papéis que a mesma pode exercer. Assim, para uma política econômica básica excludente, corresponde uma política de educação profissional compensatória e com baixa efetividade social, e para uma política econômica básica incluyente, uma política de educação profissional complementar de melhor efetividade social, pois essa contribui para instrumentalizar o trabalhador.

Na perspectiva da abordagem conceitual e como forma de começar a explicitar uma metodologia de avaliação, finalizando a Parte I os autores fazem a exposição e análise da PNEP/PLANFOR a partir de suas metas, diretrizes e objetivos. O PNEP e o PLANFOR, conforme o texto, propõem ações de educação profissional voltadas aos trabalhadores desempregados, subempregados e excluídos dos processos produtivos. Sua meta é atingir a qualificação anual, de pelo menos, 20% da População Economicamente Ativa (PEA) tendo como diretriz a implementação de programas de educação e requalificação profissional. Os objetivos dessas políticas são integrar os benefícios do seguro desemprego e recolocar o trabalhador no mercado de trabalho. Para isso existem os eixos estratégicos e as linhas de ação.

No que diz respeito aos eixos estratégicos, estes são fundamentados na integração de necessidades, compromissos e responsabilidades entre o Estado e a sociedade civil. São os eixos estratégicos do PNEP/PLANFOR: 1- Descentralização - transferência de planejamento e execução a instâncias mais próximas dos usuários e 2- parcerias - desdobramento da descentralização, pode envolver organismos de governo e sociedade civil. Já em relação às linhas

de ação temos: 1- O avanço conceitual (conforme a reestruturação do capital) que corresponde ao redimensionamento do termo qualificação, não mais limitado ao desempenho técnico, à mudança significativa na concepção de educação profissional e ao aprofundamento no conceito de “empregabilidade” na perspectiva do mercado de trabalho; 2- Articulação institucional no sentido de que a Secretaria Nacional de Desenvolvimento Profissional (SEFOR) ressalta a necessidade de novas formas de gestão da educação profissional (desvinculadas à hierarquização) e de que o PNEP propõe o envolvimento das instituições ligadas à temática educação profissional; 3- Apoio à sociedade civil, visando o envolvimento de diversos grupos em prol da Empregabilidade e inclusão, no caso da SEFOR, remete à proposta de um diálogo entre as comissões, a Secretaria do Trabalho, os organismos de governo e os atores sociais.

A Parte II do livro, como sugere o próprio título, propõe uma análise sobre os Princípios, critérios e indicadores de avaliação em educação profissional. Lembram os autores que a avaliação deve abranger o processo de formulação e implementação das ações e seus resultados - tornando-se, portanto, instrumento fundamental para a tomada de decisão e para o aperfeiçoamento ou reformulação das ações desenvolvidas - e se valendo como objeto de uma análise qualitativa e quantitativa do PNEP/PLANFOR os autores, inicialmente, levantam a questão da finalidade e dos objetivos da avaliação das políticas públicas, estas últimas entendidas como ação intencional do Estado junto à sociedade. Nesse sentido, as políticas públicas envolvem recursos sociais e, por isso, necessitam de acompanhamento e avaliação para averiguar a sua relevância, a adequação às necessidades sociais e para identificar os aspectos de eficiência, eficácia e efetividade social. Quanto aos objetivos, a avaliação pretende conhecer os fatores positivos, apontar os equívocos e insuficiências para buscar seu aperfeiçoamento ou reformulação. Ela é necessária para que se possa averiguar o cumprimento da função social. Sendo assim, de acordo com o texto, a avaliação tem um duplo objetivo: autoconhecimento, que se refere à melhoria do nível de informação sobre os processos e resultados alcançados - tanto por parte dos formuladores e executores, como por parte de setores sociais diretamente envolvidos - e formulação de subsídios, que diz respeito à tomada de decisão, quanto à continuidade ajustes ou reformulação das políticas.

Além das finalidades e objetivos, outro princípio exposto no texto consiste da operacionalização da metodologia da avaliação, neste caso, em educação profissional. Nesse sentido, A pesquisa avaliativa, na avaliação institucional, afina-se com a pesquisa empreendida no campo das Ciências Humanas, uma vez que, acolhe a dois de seus princípios básicos: Contribuir para o avanço do conhecimento em relação ao objeto de estudo/avaliação e submissão ao rigor conceitual e metodológico típico do método científico, atendendo aos critérios de validade e confiabilidade. Para os autores, a pesquisa avaliativa centra-se na análise da adequação e relevância de políticas, programas ou projetos, com objetivos e metas explícitos, com a finalidade de identificar os fatores que favorecem ou impedem seu desenvolvimento.

Os autores ainda chamam a atenção para o desenho investigativo da pesquisa avaliativa, que envolve a delimitação do objeto de estudo e os tipos de sujeito. A Delimitação do Objeto de estudo - conceitual e empírico - ocorre a partir da própria política, programa ou projeto a ser avaliado. Trata-se, assim, da análise de uma ação ou intervenção, por parte de uma ou mais instituições, frequentemente públicas, junto a um setor social. Visa contribuir para o avanço conceitual na área ou temática da política objeto de avaliação. Seus resultados admitem conclusões e recomendações, bem como, valoração sobre a questão em análise. Na pesquisa

avaliativa o universo pesquisado pode ser: amplo, no caso de Instituição ou Universidade - onde o foco está na multiplicidade de ações, projetos e programas que compõem sua missão institucional - e restrito, no caso da Política Nacional de Educação Profissional - implementada pela SEFOR/MT, - com foco nas ações, programas e projetos implementados para cumprimento da função social da política. Desse modo, demonstram que o tipo de pesquisa pode também ser definido pelos sujeitos envolvidos, que podem ser sujeitos internos e externos o que proporciona limites e vantagens para cada possibilidade como seguem discutindo no texto.

Assim, vão mostrando que a avaliação interna, realizada por sujeitos internos, ou todos que participam do processo de implementação de políticas (formuladores, executores e beneficiários) encontra limites decorrentes do grau de envolvimento e comprometimento com os processos desenvolvidos. Isso gera redução no nível de objetividade, mas, por outro lado, como vantagem, possibilita um conhecimento aprofundado da política. No caso da avaliação externa, realizada por sujeitos independentes do processo ou beneficiários indiretos, a limitação está no menor conhecimento do processo de formulação e implementação da política. Já sua vantagem encontra-se, conforme os autores, na independência e autonomia em relação às ações desenvolvidas que possibilitam maiores chances de objetividade analítica e valorativa. Além do mais, como colocam os autores, a autonomia da avaliação externa possibilita o aprimoramento da autoavaliação.

O processo de avaliação (interna ou externa), em políticas públicas traz benefícios que contemplam todos os participantes na visão exposta pelos autores. De imediato, esse processo oferece aos formuladores e executores um capital de informações que permite o aperfeiçoamento de suas ações e da política em questão. Por consequência, a clientela visada se beneficia do aprimoramento da política, seja pelos ajustes ou reformulações, produzindo resultados diretos. Conforme comparação feita pelos autores, no caso do PNEP, são beneficiários diretos os trabalhadores de setores específicos da população e da economia, para os quais a política se destina e seus eventuais empregadores. Assim, são beneficiários indiretos todos os sujeitos que compõem a sociedade como um todo.

Outro tópico importante no que diz respeito aos princípios da avaliação destacado pelos autores são as Estratégias de análise da pesquisa de avaliação de política pública. Neste, os autores tratam da questão da articulação entre análises quantitativa, qualitativa e de conteúdo. Esta estratégia, para eles, demanda compreensão e interação entre os avaliadores e o objeto de estudo, em suas dimensões conceitual (teórico/prática) e sócio/política. Dessa forma, conceituam os tipos de análises e seus compósitos. Assim, a análise quantitativa tem como suporte - informações fornecidas por meio do registro numérico de fenômenos ou fatos, identificados no tempo, local e frequência, apresentados em tabelas, gráficos, quadros e outros, no PNEP o são os dados relevantes, como os censitários e estudos sócioeconômicos; a análise qualitativa tem como aporte o que resulta de procedimentos que envolvem a organização dos fenômenos ou fatos, derivados de observação direta e de análise documental; e a análise de conteúdo alimenta-se de documentos, que visam contribuir para a explicitação do texto escrito e do seu discurso ideológico, buscando esclarecer os significados e implicações das proposições consubstanciadas nas diretrizes, estratégias e linhas de ação da política examinada.

São expostos, no livro, como princípios relevantes para o processo de avaliação também os tipos e fontes de informações. Dessa maneira, a pesquisa avaliativa, em conformidade com a análise dos autores, envolve informações do tipo quantitativa e qualitativa, beneficiando-se de dados primários e secundários oriundos de fontes diversas. Os dados primários são aqueles recolhidos por meio de entrevistas, observação direta, ou outros tipos de estudos realizados pela própria avaliação externa ou em conexão com ela. Os dados secundários são os de caráter qualitativo e quantitativo. Esses são derivados de quatro fontes distintas:

- 1) formuladores e executores;
- 2) avaliadores externos;
- 3) órgãos ou instituições que produzem estudos e estatísticas, demográficas e educacionais relacionadas à política examinada;
- 4) estudos relacionados ao objeto de avaliação.

Acrescentam, ainda, a percepção dos sujeitos envolvidos sobre o objeto de avaliação.

O livro trata, ainda, dos critérios e indicadores de avaliação. Assim, depreende-se do texto que, a definição de critérios e indicadores estão diretamente relacionada às etapas de implementação da política e envolve: formulação, implementação e resultados. Remetendo à avaliação do PNEP, é apontado que a construção conceitual e metodológica envolveu a elaboração de dois conjuntos de parâmetros ou critérios analíticos, quais sejam: os critérios avaliativos básicos de eficiência, eficácia e efetividade e os critérios avaliativos operacionais de relevância e adequação, coerência e compatibilidade, descentralização e parceria e exequibilidade. Por fim, o plano ou programa é considerado pelos autores como manifestação ou concretização de uma política pública. No caso que eles estão analisando, a busca por tais critérios poderia ocorrer em função de uma concepção de educação profissional, a ser desenvolvida e implementada no contexto de uma política governamental inserida no processo de globalização e de reestruturação produtiva. Esta por sua vez, remeteria às hipóteses e variáveis da pesquisa avaliativa. Para os autores, a pesquisa avaliativa, assim como outras, beneficia-se da formulação de hipóteses de trabalho, pois permite estruturar o desenvolvimento da análise, caracterizando-a como fio condutor. A formulação das hipóteses, por sua vez, deve orientar-se pelos princípios de clareza e verificabilidade analítica e/ou empírica, mediante modelo conceitual adotado, pois esse é essa que garante a sustentação da análise e se traduz em um conjunto de variáveis, permitindo desta forma, sua operacionalização.

As hipóteses, das quais são originadas as variáveis, se apresentam conforme as dimensões teóricas ou conceituais de dois tipos: voltadas à área de política pública e ao objeto de uma política específica, hipóteses relativas à gestão de políticas e hipóteses relativas aos resultados e consequências diretas e indiretas da política implementada. Independente de sua origem, as hipóteses referem-se à dimensão conceitual e operacional. Observando o PNEP e PLANFOR as hipóteses formuladas são diretamente relacionadas à proposta de educação profissional, seus objetivos e metas, sua forma de operacionalização, bem como a colocação da questão da educação profissional na pauta da elaboração de um modelo de desenvolvimento e de modernização das relações capital-trabalho.

No caso do PNEP/PLANFOR, finalizando a Parte II do livro, os autores dividem as hipóteses fundamentais em quatro grupos: o 1º grupo refere-se aos suportes básicos que sustentam as dimensões fundamentais da pesquisa examinada: Educação profissional como elemento de política pública de irradiação nacional, regional e local, com suas respectivas contrapartidas; noção de empregabilidade; noções interdependentes de eficiência, eficácia e efetividade social; noção de “trabalhador polivalente”. O 2º grupo refere-se à gestão, compreendendo gerenciamento e avaliação das atividades que a SEFOR/MT e as secretarias estaduais desenvolvem no processo de tomada de decisão, adequação dos cursos de EPT ofertados, alinhados às orientações conceituais e metodológicas da PNEP/PLANFOR. O 3º grupo refere-se ao processo de implementação da PNEP: parcerias/descentralização/processo de

ensino aprendizagem. Para finalizar, o 4º grupo refere-se aos resultados qualitativos e quantitativos visados pela PNEP.

#### **Notas sobre as considerações finais**

Nas considerações finais do livro depreende-se que a avaliação de uma política pública está no âmbito da avaliação institucional (ampla e abrangente) que se caracteriza como não neutra; pela necessidade de clareza do que significa avaliar instituições como pesquisa social, e que esta, relaciona-se diretamente com as finalidades e objetivos da política em análise. Trata-se, desse modo, de uma avaliação de processos e produtos.

Diante do exposto e pelo que já foi observado acerca da insuficiência de pesquisas sobre o campo da avaliação de políticas públicas, especificamente, no que diz respeito à sua abordagem conceitual e metodológica, observando-se a persistência deste quadro, depois de quase uma década, justifica-se a importância da leitura deste. Considerando-se também a notória contribuição para a avaliação no campo da educação profissional. Este poderá fundamentar a metodologia e servir como subsídio para novas pesquisas na área de políticas públicas educacionais.

Assim, é indicada a sua leitura, sobretudo, aos estudantes de graduação e pós-graduação que pretendem também ter uma melhor compreensão das políticas públicas de Educação Profissional nos anos 1990.

Por fim, essas notas trazem apenas a síntese do que os autores tratam do processo de avaliação como um momento tanto de diagnóstico quanto de estratégia de acompanhamento e são indicadas, portanto, para a iniciação dos agentes e gestores envolvidos desde o início da formulação das políticas públicas, passando pela implementação até a própria etapa da avaliação dos resultados.

#### **REFERÊNCIAS**

BELLONI, Isaura; MAGALHÃES, Heitor de; SOUSA, Luzia C. de. **Metodologia de Avaliação em Políticas Públicas – uma experiência em educação profissional**. 4. ed. São Paulo; Cortez, 2007. (Coleções Questão de nossa Época; v. 75).

**Submetido em:** Março de 2016

**Aprovado em:** Julho de 2016